

...a decisão não foi submetida a votação no plenário, como prevê o Regimento Interno do Constituinte. O deputado Luciano Maciel (PDT-RJ) cobrou uma posição da mesa afirmando que "há coisas sendo feitas normas e decretos, para que essa decisão seja tomada ao mesmo tempo do que foi decidido aqui". Essa posição foi acompanhada pelos deputados Haroldo Lima e Aldo Arantes do PC do B e José Genuino do PT. Ulysses Guimarães respondeu que a mesa do Constituinte já tinha requisitado da Comissão de Sistematização uma resposta formal sobre a matéria.

José Lourenço contestou a posição da esquerda dizendo que enormes massas de recursos estão procurando um local para investimentos. "Alguns pretendem que continuemos em moratória eternamente, quando não temos dinheiro nem para pagarmos um alfinete". Haroldo Lima aproveitou para qualificar essa posição de "entreguista". O líder petebista reagiu dizendo que "essas idéias são exatamente do tamanho do país que eles representam, aquele que fica próximo ao Mar Adriático e faz fronteira com a Jugoslávia".

Haroldo Lima tentou responder, mas teve a palavra cortada por Ulysses Guimarães, lembrando que no horário de tribuna não se permite apertes. Frandão Monteiro, líder do PDT, apoiou o pronunciamento de Haroldo Lima e pediu que se elevasse mais o nível dos debates, numa referência às considerações do deputado José Lourenço.

Debate apático

A deputada Beth Azize (PSB-AM) pediu a participação do povo na Constituinte e reclamou da apatia a que está relegado o debate do Projeto de Constituição. "Neste clima de apatia, sem atenção do plenário, não existe qualquer animação para falar, apartear, assistir aos debates", afirmou. "É até constrangedor para um parlamentar falar para galerias vazias", concluiu.

PMDB adotivo

Não tendo conseguido eleger nenhum candidato da própria cidade à Assembleia Legislativa, o PMDB de Itapeva, na região de Sorocaba fez uma eleição entre seus membros e "adotou", oficialmente, um deputado para atender os interesses da cidade, que tem cerca de cem mil habitantes. A proposta foi apresentada sob a argumentação de que Itapeva se sentia desassistida, sem um representante oficial na Assembleia. O escolhido foi Luis Francisco da Silva (PMDB), deputado por Sorocaba.

ICM sonogado

A redução imediata do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), incidente sobre a carne, de 12% para 5% foi a principal reivindicação apresentada ontem pelo presidente do Conselho Nacional de Pecuária de Corte (CNPIC), José Carlos Meirelles, ao ministro interino da Agricultura, Lazaro Barbosa. Ele explicou que hoje mais de 50% das carnes e derivados comercializados no país sonogam impostos.

Receita de Távora é dizer a verdade

O Governo terá de dizer a verdade ao povo brasileiro, sem tergiversações, para dele obter apoio político e poder tentar corrigir as distorções da nossa economia.

Essa é a essência do pensamento do vice-líder do PSD no Senado e na Assembleia Constituinte, senador Virgílio Távora, que informou, ontem, havê-la transmitido ao presidente José Sarney, seu ex-companheiro de partido no Congresso.

Virgílio, que sempre tratou dos problemas econômicos do País no Senado, em nome de seu partido, é de opinião que o atual Governo deva fazer uma ampla campanha de esclarecimentos ao povo, a fim de prevenir-se para a hipótese de ter de fazer correções ao Plano Bresser.

Ontem, o senador pedessista do Ceará alertou os constituintes e o próprio Governo, para o fato de que o projeto de Constituição, no tocante à distribuição de renda entre as várias regiões do País, contém imperfeições capazes de inviabilizar qualquer projeto econômico no Brasil.

Segundo Virgílio, de acordo com as regras de distribuição de rendas da Constituição em vigor, a União perderá 26% do que hoje arrecada. No momento, a arrecadação federal é de 8-8 bilhões, de cruzados, dos quais são transferidos para Estados e municípios 268 bilhões, cabendo à União, portanto, 620 bilhões em números redondos. Com a nova sistemática, devido à extinção de alguns impostos, a União arrecadaria apenas 815 bilhões, sendo que 353 bilhões passarão aos estados e municípios,

restando 462 bilhões de peniques, para o Governo Federal.

Em consequência desse fato, Távora prevê sérias dificuldades para a execução dos programas do Governo Federal, ainda no ano corrente. Informou ainda que para baixar o déficit público a 15% do PIB, centrado no prefeiteiro, o Executivo terá de aprofundar os cortes de despesas. Até agora, ao que disse, os cortes proporcionaram a queda de 6,7 do PIB para 0,5. Para chegar ao número desejado, terão de ser cortados gastos no valor de mais de 300 bilhões de cruzados, isto é, de mais de cinco bilhões de dólares.

Entendimentos

Com o objetivo de viabilizar o Plano Bresser — que o senador Távora entende precisara ser corrigido, oportunamente o secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis, solicitou uma reunião especial da Executiva do partido. Nesse encontro — conforme explicou — a cúpula do PMDB pretende ouvir o ministro Bresser, que esteve no Exterior, tratando da dívida externa brasileira.

O PMDB, quer saber em que termos o Brasil retornará ao FMI. Assim, e conveniente apurar, agora, se essa organização — como tem afirmado seu diretor gerente, Michel Cadessus — atuara não mais fazendo monitoria, mas apenas acompanhando o desenvolvimento de nossos programas econômicos. Já o grupo ortodoxo do PMDB os chamados progressistas, vai reunir-se, hoje, a fim de estudar o apoio à política econômica do Governo.

Cabral aceita anistia para punidos após 79

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, acolhera em seu substitutivo as medidas necessárias à reparação dos direitos de todos os militares punidos com fundamento no AI-5, após julho de 1979.

A revelação foi feita por Cabral e tem fundamento no livro de autoria do general Jayme Portella, ex-chefe do Gabinete Militar do presidente Costa e Silva, onde o militar garantiu que certas cassações nos ministerios militares não passaram pelo Conselho de Segurança Nacional nem pelo presidente.

A interpretação de Bernardo Cabral para o Episódio conduz à conclusão de que as medidas punitivas não teriam sido assinadas por quem teria competência para fazê-lo, o que segundo ele, configura a falsidade ideológica. O relator estabeleceu nítida diferença entre os punidos nestas circunstâncias e aqueles que buscam a anistia sob a forma de reintegração ao Exército, Marinha e Aeronáutica, nos postos que estariam ocupando com a progressão na carreira, se não tivessem sido punidos, além da indenização correspondente.

"Tenho conversado com as partes interessadas — explicou Bernardo Cabral — com toda a abertura, mas sem me curvar a qualquer delas. Minha convicção, no entanto, é que não teria sentido o retorno a ativa, nem a indenização pleiteada; mas eu não tenho dúvida, também, de que um tema polêmico como esse dificilmente poderá ser resolvido mediante acordo, e, por isso, a exemplo de tantos outros, será decidido pelo voto, em plenário". A disposição anunciada pelo relator Bernardo Cabral, de não acolher a anistia, fará com que sejam necessários pelo menos 260 votos para que aquele preceito seja inscrito na nova Constituição.

... a que pede a criação da legislação de defesa dos direitos do cidadão, encaminhada por Antônio Filadelfo Brito para o que existe o estado da Declaração Universal dos Direitos do Homem pelos integrantes das polícias militar, civil, corpo de bombeiros e vigilantes pro, assim, a da Câmara Municipal de Curitiba, e a que garante o ensino fundamental gratuito em qualquer estabelecimento de ensino público ou privado, apresentada pelo Colégio dos Jesuítas de Juazeiro do Norte.

CNBB faz entrega de suas propostas

A reforma agrária e urbana, a liberdade religiosa e o direito de educação gratuita são as principais reivindicações patrocinadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que ainda se posicionou contrária ao aborto, à eutanásia, à tortura e ao divórcio. Este é o balanço do recolhimento de 1.585.719 assinaturas das quatro emendas populares da CNBB, e que às 16h00, serão entregues pelo seu presidente, D. Luciano Mendes de Almeida, ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

O secretário geral da CNBB, D. Antônio Celso Queiroz, revelou que a tese fundamental das emendas populares é o reconhecimento na nova Constituição, do início ao fim dos seus artigos, da dignidade da pessoa humana através da criação de condições para promovê-la adequadamente em todos os setores da vida nacional. Já o presidente, D. Luciano completou que "não se trata de buscar questões polêmicas, mas justamente resolver as polêmicas apresentando questões resolvidas". Alertou ainda aos constituintes que, caso não atendam aos clamores populares, a sociedade certamente não atenderá aos constituintes.

A proposta popular determinando obrigatoriedade do Estado no oferecimento gratuito do acesso e permanência escolar fundamental — subscrita por 694.859 assinaturas — estabelece que o amparo técnico e financeiro dos poderes públicos somente poderá ser concedido a entidades educacionais de natureza não lucrativa. Na justificativa da emenda, a CNBB, juntamente com a AEC e ABESC defendem o ensino religioso como parte integrante de uma educação plena, sem qualquer tipo de discriminação.

Polêmicas

A segunda emenda mais volumosa, com 420.718 assinaturas, defende a preservação da vida de cada pessoa, desde a concepção, a sua existência, não se admitindo a prática do aborto deliberado, da eutanásia e da tortura. Também considera a família constituída pelo matrimônio indissolúvel.

A questão da ordem econômica, apoiada por 266.264 assinaturas, assegura a prioridade da remuneração do trabalho sobre a do capital, cabendo à Constituição, garantir o acesso ao trabalho e justa remuneração.

A Novíssima República

A PARTIR DE AGORA NINGUÉM É OBRIGADO A APOIAR O MEU GOVERNO!



MUITO BEM! EU ESTAVA QUERENDO MESMO ACABAR...



Gou Gon

